



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 187 • Abril | Maio | Junho • 2016

ELEIÇÕES: CATEGORIA DEFINIRÁ NOVAS GESTÕES DOS CONSELHOS

PSICOLOGIA



4 **MATÉRIA ESPECIAL**
Os impactos da
publicidade infantil na
subjetividade da criança

9 **QUESTÕES ÉTICAS**
Dilemas e avanços necessários
relativos aos serviços
psicológicos online

26 **MUNDO MELHOR**
Abordagens que
proporcionam ao idoso
voz e escuta

**ORIENTAÇÃO | COBRANÇA DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Nota técnica explica às/aos psicólogas/os que pedidos de contribuição por conselhos de outras categorias são indevidos.

MATÉRIA ESPECIAL | PUBLICIDADE INFANTIL

Como estimular a construção de uma consciência crítica frente aos impactos das propagandas na subjetividade das crianças?

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Às vésperas das Olimpíadas no Brasil, atletas falam da importância de seu preparo psicológico.

QUESTÕES ÉTICAS | SERVIÇOS PSICOLÓGICOS ONLINE

As polêmicas que envolvem o trabalho da psicologia realizadas por meios tecnológicos de comunicação à distância.

CAPA | ELEIÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS

Conheça as chapas que se propõem a ser gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo pelos próximos três anos.

PROCESSOS ÉTICOS | PSICÓLOGA/O NA MÍDIA

O caso dessa edição aborda a importância do respeito à diversidade sexual em posicionamentos de profissionais na imprensa.

UM DIA NA VIDA | A LÍNGUA DOS SINAIS

Priscila Mourão relata como é sua experiência de fazer atendimento psicológico voltado para a população com deficiência auditiva.

MUNDO MELHOR | ENVELHECIMENTO

Oficinas de memória e acompanhamento terapêutico são algumas das abordagens comprometidas com o protagonismo do idoso.

PENALIDADES**PSICOLOGIA E COTIDIANO | DISPUTA DA GUARDA DOS FILHOS**

Aspectos importantes e desafios para fazer uma avaliação psicológica que embase a decisão jurídica sobre a guarda dos filhos.

4

6

10

14

16

23

24

28

29

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria**Presidenta** | Elisa Zaneratto Rosa**Vice-presidenta** | Adriana Eiko Matsumoto**Secretário** | José Agnaldo Gomes**Tesoureiro** | Guilherme Luz Fenerich**Conselheiros**

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Sílvio Yasui

Realização**Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau**Direção de arte** Sergio Rossi**Capa** | Arte Sergio Rossi | Foto: Divulgação CRP-SP**Revisão** CRP-SP**Impressão** Rettec Artes Gráficas**Tiragem** 92.000 exemplares**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |

tel. (12) 3631-1315

É momento de tomar posição, É MOMENTO DE DECISÃO!

No próximo 27 de agosto a categoria profissional terá escolhido o coletivo e o projeto que estarão à frente da gestão do CRP-SP no período de setembro de 2016 a agosto de 2019. Escolherá, ao mesmo tempo, por meio da consulta nacional, ao lado das/os psicólogas/os de todo o Brasil, o grupo que assumirá a gestão do CFP.

Em momento de eleições é importante reconhecer que democracia não se garante apenas pelo direito e exercício do voto. Ela se realiza como prática cotidiana, que depende de processos de participação e de debates dos projetos possíveis e presentes no nosso tempo. Ela exige compromisso com a transparência, com a produção de informações que promovam uma leitura ampla da realidade. Finalmente, ela pactua com uma perspectiva ético-política orientada pela igualdade, pois só a partir de condições dignas de existência podem as pessoas exercerem plenamente seu protagonismo no processo de construção do mundo em que vivem.

Assim, o momento das eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia, essencial ao processo democrático de construção da profissão, representa parte de um processo mais amplo. As assembleias, as prestações de contas, as informações disponibilizadas acerca das ações realizadas pelo CRP-SP, os espaços coletivos de debate sobre a prática profissional e seus desafios, os diálogos com o Estado, a sociedade e outras profissões, compõem cotidianamente a tessitura de um projeto de profissão. Os Congressos Regional e Nacional da Psicologia, realizados nesse ano, representam um momento essencial desse processo. Momento em que a categoria, por meio de espaços coletivos de encontro, discussão e participação, decidiu por diretrizes e ações a serem realizadas pelos Conselhos de Psicologia, em âmbito regional e nacional no próximo período.


A escolha do grupo gestor representa a continuidade desse processo. É hora de, por meio da participação direta, escolhermos aqueles que devem estar à frente da condução desse horizonte pautado para a profissão pela categoria. Cada uma das três chapas que se candidataram para o processo eleitoral em São Paulo apresenta um projeto para a profissão e um método de gestão da entidade. E é na concretização desses projetos e métodos que caminharemos no próximo período construindo efetivamente a profissão que teremos daqui três anos.

Desejamos que as deliberações aprovadas durante os Congressos da Psicologia se traduzam na prática e comprometemo-nos em oferecer as condições para que a categoria siga o debate necessário para a escolha da nova gestão. Nessa direção, essa edição, ao lado de muitos outros mecanismos de comunicação do CRP-SP, traz informações relevantes sobre o processo eleitoral: as formas e o período de votação, os debates a serem realizados, as condições para que as/os psicólogas/os possam votar e, o mais importante, as plataformas das chapas concorrentes.

Ao lado dessas informações, seguimos o diálogo com a Psicologia feita todo dia e em todo lugar, pois é assim que poderemos analisar os desafios vindouros e decidir sobre o projeto que melhor representa o futuro que queremos para a Psicologia, para a sociedade, para os Conselhos da nossa profissão.

Psicóloga/o, não deixe de participar. Participar é debater os projetos, é se apropriar das informações, é dialogar e é votar! Que a comemoração dos 54 anos de profissão no Brasil se efetive no compromisso com o futuro que a ela almejamos.

**XIV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



Uma coisa é uma coisa, OUTRA COISA É OUTRA COISA

Nota técnica chama atenção das/os psicólogas/os: não faça contribuição para nenhum Conselho que não o da sua formação

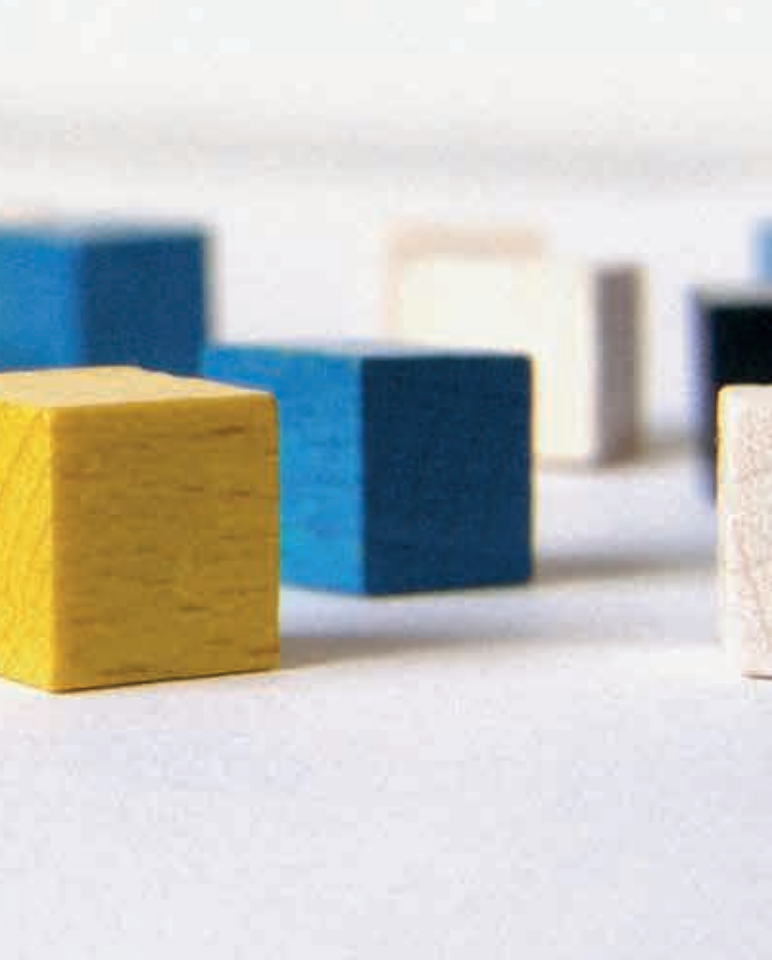
Em meio à variada gama de áreas em que a/o psicóloga/o pode optar por trabalhar, existem algumas nas quais suas atribuições se assemelham ou até coincidem com as de outras profissões. Uma dessas áreas é a da psicologia organizacional e do trabalho, em que a/o profissional exerce atividades no campo da psicologia aplicada ao trabalho, como recrutamento, seleção, orientação, aconselhamento e treinamento profissional, podendo realizar identificação e análise de funções, entrevistas, testes e provas, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal, entre outras funções – frequentemente associadas aos recursos humanos de empresas.

De uns tempos para cá, psicólogas/os organizacionais estão sendo abordadas/os e pressionadas/os pelo Conselho Regional de Administração (CRA) para que paguem a eles uma multa. Foi o caso, por

exemplo, da psicóloga Luciana Roncato, que tem uma empresa na qual trabalha com consultoria e desenvolvimento humano em diferentes instituições. A cobrança do CRA chegou à Luciana via correio.

“Me surpreendi negativamente pois não esperava ser abordada com questionamentos sobre o exercício da minha profissão por outro Conselho. Exerço esta atividade há mais de 20 anos calcada na formação que tive e respeitando as condutas éticas da minha profissão”, afirma Roncato. Para ela, de fato existem atividades correlatas entre psicologia organizacional e administração, “mas a/o psicóloga/o possui um enfoque diferente, voltado para as pessoas e os comportamentos, e não para técnicas administrativas”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Luciana, e no intuito de esclarecer toda a categoria a respeito das cobranças que estão sendo feitas pelo CRA, o



cumprimento de leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão de psicóloga/o, conforme preceitua o art. 1º, da **Lei nº 5.766/71**, que criou os Conselhos de Psicologia;

Considerando que se o objeto da Empresa se enquadra no âmbito profissional de alguma área da Psicologia, a fiscalização compete ao Conselho de Psicologia;

Considerando que a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** assegura que “*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”;

Considerando a Resolução do **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA nº 08/1998**, que indica em seu artigo 1º: *O psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerce as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou contribuir para o Conselho Regional de Administração*;

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo entende que:

Conselho Regional de Psicologia elaborou uma nota técnica na qual orienta a/o psicóloga/o a se proteger e contribuir apenas com o Conselho de sua profissão.

Nota técnica sobre cobrança da contribuição para o Conselho Regional de Administração

Considerando que tem ocorrido com frequência casos em que o Conselho Regional de Administração (CRA) notifica e aplica multas a empresas e/ou psicólogas/os que prestem serviços na área Organizacional, Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos;

Considerando que somente a Lei pode definir atribuições e criar restrições ao exercício de qualquer profissão e essa regulamentação é feita em nome do interesse público e no âmbito da/o profissional psicóloga/o, regulado pelos artigos 10, 11, 12, 13 e parágrafos da **Lei nº 4.119/62** e regulamentado pelo art. 4º do **Decreto nº 53.464/64**;

Considerando que cabe ao **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO** a atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência, zelar pela fiel observância dos princípios da ética e assegurar o

- a) cabe ao CRP, e somente a este, a atividade de orientar e fiscalizar o exercício profissional da/o psicóloga/o, em Pessoa Física ou Pessoa Jurídica;
- b) a/o psicóloga/o encontra-se legalmente autorizada/o a exercer atividades na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, visto que o desenvolvimento de atividades em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos está contemplada nesta área e ainda, por tratar-se de setor multiprofissional, no qual cada um, ao exercer tal atividade, o fará utilizando-se dos conhecimentos pertinentes à sua formação/graduação;
- c) conste no Contrato Social de empresa prestadora de serviços por psicólogas/os, na área de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento Organizacional, Treinamento, entre outras afins, que as atividades serão desenvolvidas a partir de métodos e técnicas psicológicas e de competências afins.



SER CRIANÇA NA SOCIEDADE DO CONSUMO

O impacto da publicidade infantil na subjetividade da criança é tema para reflexão e ação dos adultos preocupados com a formação de uma consciência crítica

Ilustrações: Sergio Rossi



Saída da escola, um menininho loiro dá uma mordida na bolacha e olha o relógio. “Que horas são?”, pergunta uma criança mais velha. “É hora do Shrek!”, ele responde, mostrando e elogiando o próprio relógio. “Juntei cinco embalagens de bolacha da linha ‘Gulosos’ e mais R\$5 e ganhei um relógio do Shrek Terceiro”, se exhibe orgulhoso. “São quatro modelos, coleciono” ressoa uma voz em *off* acompanhada por uma garotinha dançando e sorrindo.

A retirada do ar da propaganda da Bauducco foi resultado da primeira vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tratou do tema da publicidade infantil. Os ministros que julgaram a Ação Civil Pública entenderam que o consumidor não pode ser obrigado a comprar um produto que não deseja para ter acesso a outro, (isso configura venda casada, proibida no Brasil), além de ser um comercial voltado ao público infantil. Além disso, o Ministério Público – que citou o uso de “capitalismo selvagem” – argumentou que a publicidade infringe o Código Brasileiro de Auto Regulação Publicitária (Conar), que veda o uso de verbos no imperativo em propagandas voltadas às crianças.

A defesa da Bauducco alegou que a promoção era destinada aos adultos.

Para a psicóloga Laís Fontanelle, do projeto Criança e Consumo do Instituto Alana, “esse caso veio coroar um trabalho de dez anos de luta e sensibilização”. O Instituto tem foco na área da infância e debate os malefícios da publicidade, faz um trabalho de articulação jurídica em Brasília e encaminha denúncias recebidas pela sociedade civil. “Ganhamos maior adesão. Esse tema é um problema urgente e não é mais restrito à esfera familiar”, observa Laís, lembrando que em 2014 a publicidade infantil foi tema de redação do Enem.

Regulamentação e denúncias

Nesse mesmo ano de 2014 foi aprovada a Resolução 163 do Conselho Nacional dos

“Hoje preferimos estar focadas na disseminação de informação para mães e pais, o que lhes permite desvendar armadilhas de marketing e escolher entre as marcas que não tenham como prática incidir diretamente sobre a criança.”

Mariana Sá

Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que considera abusiva a publicidade voltada para crianças de até 12 anos de idade. Assim, é proibido que anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, sites, embalagens e apresentações tenham o direcionamento à criança. A Resolução, na realidade, reforça uma regulamentação que já existia. A publicidade infantil fere o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código de Defesa do Consumidor. O problema não está no papel. Está na prática.

Mariana Sá é mãe de Alice e Arthur, publicitária e mestre em políticas públicas. Fundou, junto com outras mães e pais, o Movimento Infância Livre de Consumo (Milc). “O Conar não existe para proteger a população, mas para proteger a publicidade. Além disso, por ser um código de conduta, não tem força de lei para punir quem o infringe”, esclarece Sá, que também integra a Rede Brasileira Infância e Consumo (Rebrinc): “Por isso somos a favor da responsabilização de anunciantes, publicitários e emissoras pelas mensagens prejudiciais que emitem”.

Quando o Milc começou, em 2012, era prática recorrente do movimento a denúncia ao Conar das campanhas consideradas abusivas. “Depois de um tempo percebemos que estávamos perdendo tempo: o conselho levava tempo demais para apreciar as denúncias e acaba solicitando a suspensão ou modificação de campanhas que já não estavam mais no ar”, conta Mariana. “Hoje preferimos estar focadas na disseminação de informação para mães e pais, o que lhes permite desvendar armadilhas de marketing e escolher entre as marcas que não tenham como prática incidir diretamente sobre a criança”, narra.



Impacto da publicidade infantil

Não é a toa que o público infantil é visto com ganância por parte das empresas. De acordo com a TNS/InterScience, as crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família. Em 2013 cerca de R\$112 bilhões foram investidos em publicidade infantil no Brasil, segundo o Ibope Mídia. A televisão segue sendo a ferramenta preferida para alcançar as crianças: cerca de 70% do investimento publicitário é nessa mídia. Se, como aponta o Ibope de 2012 (Painel Nacional de Televisores) a criança brasileira fica em média cinco horas e meia por dia na frente da TV, é possível ter ideia da influência diária que os comerciais têm no imaginário infantil.

“Não há como fugir do sistema no qual estamos inseridos e as crianças recebem, muitas vezes em primeira mão, a comunicação mercadológica”, descreve Vanessa Anacleto, mãe de Ernesto e também cofundadora do Milc. “Quando a publicidade lida com os valores humanos de modo a deturpá-los em detrimento dos valores de mercado o resultado é uma profunda confusão por parte da criança. Afinal, consumimos um produto ou serviço em razão do valor do produto ou serviço em si ou por que aquilo vai nos conferir status? Isto são valores que se transmita a uma criança?”, questiona Anacleto, autora do blog *Mãe é tudo igual* e do livro *Culpa de mãe*.

Na cartilha “Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança” publicada em 2008 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), o psicólogo e educador Yves de La Taille versa sobre o polissêmico conceito de autonomia. Em sua opinião a criança não autônoma, portanto heterônoma, legítima regras e condutas por serem valorizadas e explicadas por seus pais ou, na área do conhecimento, por exemplo, entende como verdadeiras as afirmações vindas de figuras de autoridade.

“A legitimação da regra ou da verdade não se deve a um trabalho intelectual de análise, mas, sim, pela submissão da consciência a pessoas consideradas superiores”, argumenta La Taille, podendo essas pessoas serem a mãe, a professora, o amigo, o Shrek, o Ben 10 ou um dragão gente boa. Segundo o psicólogo, isso acontece porque “por um lado a criança está iniciando-se às regras, aos valores e aos conhecimentos do mundo em que vive e, para tanto, seguir ‘guias’ torna-se tão natural quanto necessário; por outro, porque sua capacidade cognitiva ainda não lhe

permite estabelecer relações de reciprocidade, relações essas necessárias à autonomia”.

Vontade e força de vontade

É mais fácil induzir alguém que não sabe bem o que quer a desejar algo que lhe propomos do que alguém que já tem um projeto definido. A partir desse raciocínio, Yves de La Taille caracteriza força de vontade como resultado de uma projeção em que se avalia o valor de cada vontade. Estou com vontade de tomar uma cerveja no almoço mas não vou porque quero me concentrar na leitura de um livro mais tarde, por exemplo.

No caso das crianças, La Taille sustenta que as vontades passageiras e as atrações momentâneas as movem mais do que as projeções de médio e longo prazos. “Isso se deve a duas razões. Em primeiro lugar, à dificuldade de descentração, tanto cognitiva quanto afetiva. Em segundo lugar porque, nessa fase da vida, ainda não há (e nem deve haver) reais projetos, reais projeções consistentes para o futuro. O ‘aqui e agora’ ainda permanece forte”, aponta.

Se o principal tipo de propaganda era aquele caráter clássico de 30 segundos como a propaganda do “Compre batom” ou “Hora do Shrek”, hoje é possível ver uma transformação na publicidade. “Marcas se fantasiam de entretenimento, o Ronald McDonald tem



agenda pública de visitas a escolas; tem o fenômeno dos *youtubers*, que são celebridades mirins na internet, muitas vezes cooptadas por marcas para apresentarem os produtos nos vídeos e o *Unboxing*, prática em que as empresas presenteiam crianças para que elas filmem e divulguem o momento do desembulho”, exemplifica Laís Fontanelle, para quem as formas de regulação também precisam se transformar.

Sobre o embaralhamento da fronteira entre conteúdos comerciais e não comerciais no universo infantil, Mariana Sá acredita que o diálogo com a criança é a forma mais eficiente de protegê-la. “Para isso, mães e pais precisam entender sutilezas do discurso publicitário para poder fazer esta mediação: vejam bem, se poucos adultos têm recursos informacionais para perceber as armadilhas contidas no intervalo comercial, como vão mostrá-las e criticá-las juntos aos filhos? Este também é nosso papel no Milc”, observa Sá.

Quando a filha mais velha de Mariana Sá tinha sete anos, o papo mais recorrente entre seus colegas de escola era sobre uma novela infantil que estava no ar. Um dia ela se queixou com a mãe por não ver a novela em casa. “Eu expliquei a ela todos os motivos que iam desde ter outras coisas melhores para fazer, até a presença de *merchandising* nas cenas e publicidade no intervalo. Também falei das minhas estratégias durante as conversas dos adultos sobre novelas que não assisto”, expõe Sá, que em seguida perguntou se a filha gostaria de assistir um capítulo junto com ela, para mostrar do que ela estava falando. A garota disse que não, que tinha entendido e perdido a vontade.

“Você vale o que tem”

“Quando dá uma hora da manhã é que o bonde se prepara pra vibe / Quando abotoa sua polo listrada dá um nó no cadarço do tênis da Nike / Joga o cabelo pra cima ou põe um boné que combina com a roupa / A picadilha pode ser de boy mas não vale esquecer que somos vida loca / As mais top vem do nosso lado ficam surpresa ganha mó moral”, canta o famoso funkeiro MC Guimê. Para Yves de La Taille, no caso dos adolescentes, os efeitos nocivos da publicidade estão menos em fazê-los comprar todo e qualquer objeto que seja bem apresentado, mas em levá-los a adquirir coisas que

A TV é a ferramenta preferida para alcançar as crianças: cerca de 70% do investimento publicitário é nessa mídia. **A criança brasileira fica em média cinco horas e meia por dia na frente da TV.**

para eles se associem a uma busca identitária, a um lugar social valorizado. Não se trata, é claro, de uma leitura equivocada feita pelos jovens. A ideia de que você vale o que tem é enraizada como um valor da nossa sociedade, em todas as idades e classes sociais. Uma das classes, no entanto, é a que vai conseguir adquirir com mais facilidade o tênis da Mizuno e a bermuda da Oakley que tanto aparecem nos funks de ostentação.

O psiquiatra e psicanalista Jurandir Freire Costa, em seu livro *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*, aponta que “o objeto (que é consumido) deve ‘agregar’ valor social – e não sentimental – a seu portador, ou seja, deve ser um crachá, um passaporte que identifica o turista vencedor em qualquer lugar, situação ou momento da vida”.

Para pensadores do tema como as integrantes do Milc, o caminho é a conversa com o jovem e a criança desde cedo para questionar isso que La Taille chama de “cultura da vaidade”: “compreender as relações entre consumo, trabalho e economia, refletir sobre os graves problemas de distribuição de renda e ver com uma consciência crítica as tentativas de sedução para que produtos sejam comprados. Para isso, é claro, é preciso que os adultos sejam coerentes”.

Feiras de troca de brinquedos são umas das iniciativas vistas como uma boa ferramenta para refletir sobre o consumo infantil. Em seu site, o Instituto Alana tem um passo a passo para ajudar que as pessoas organizem esses eventos de forma autônoma. “Iniciativas possíveis de serem tomadas pela sociedade civil são reduzir a audiência de canais que veiculem publicidade para crianças, selecionar suas aquisições entre as marcas que não anunciam para criança, demonstrar insatisfação diretamente às empresas e fazer denúncias aos órgãos de proteção do consumidor para aumentar a pressão social no Estado”, resume Mariana Sá.

EXERCITANDO O EQUILÍBRIO EMOCIONAL

Às vésperas dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, atletas de alto rendimento dão peso ao preparo psicológico

Marina Zabliith passou boa parte dos seus 29 anos de vida dentro da água. Desde pequena se acostumou com o mundo das piscinas. Seu pai integrou a equipe brasileira de natação nas Olimpíadas de Roma em 1960 e de Tóquio em 1964. Sua mãe foi campeã brasileira no mesmo esporte. A irmã, como ela, nadou e jogou polo aquático. Quando tinha 14 anos Marina foi convocada para o time júnior da seleção brasileira de polo. Hoje é a capitã da seleção e uma das mais experientes da equipe que vai competir na Olimpíada desse ano. Carrega no currículo o bicampeonato sul-americano e a medalha de bronze nos jogos Pan-Americanos de Toronto e de Guadalajara.

Há pouco tempo Marina se mudou para a Itália. Apesar de toda a bagagem enquanto atleta, o frio na barriga veio. “Na Itália a liga é muito profissional e eu tinha a ideia de que elas eram fisicamente muito superiores”, relata. Quando chegou, percebeu que até existia alguma desvantagem. Mas não a que imaginava. “Na parte física, seja na natação seja na musculação, eu não perco para as meninas daqui. A diferença que sinto é na parte psicológica”, constata.

“No tênis profissional, 95% é mental” falava o norte-americano Jimmy Connors, um dos líderes no ranking das décadas de 1970 e 1980. “Se teu cérebro pode convencer teu corpo de que ele pode fazer algo, sem dúvida o fará”, comentava o campeão olímpico (oito vezes!) de atletismo Carl Lewis.

Marina compartilha da mesma opinião e observa que as italianas do polo aquático, por estarem acostumadas com “o ritmo alucinante de campeonato” da liga profissional, têm a atenção e a concentração mais afiadas. “Foi quando eu percebi que o que faltava para nós, da seleção brasileira, era esse preparo psicológico”, diz Zabliith. Pela primeira vez desde que integra a seleção brasileira, Marina e suas companheiras passaram a ter acompanhamento psicológico.

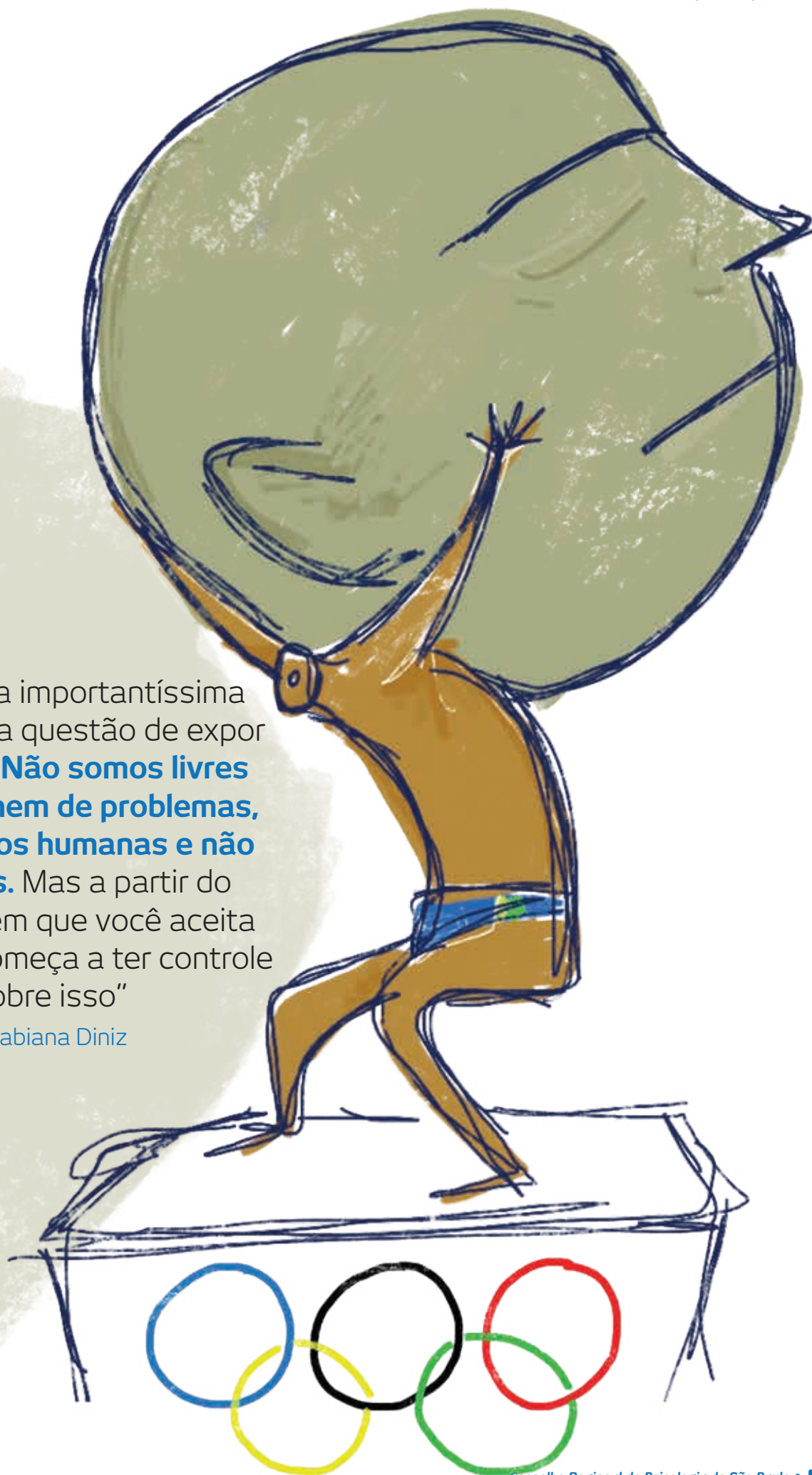
A preparação redobrada não é a toa. A Olimpíada desse ano, com sede no Rio de Janeiro, vai receber (em meio ao caos político brasileiro, ao desvelamento dos processos relativos às empreiteiras que construíram as obras dos megaeventos e as mobilizações contra as remoções forçadas e a militarização) cerca de 10 mil atletas que disputarão medalhas de 43 modalidades.

O polo aquático foi incluído no torneio olímpico no ano de 2000 e essa é a primeira vez que a equipe brasileira participará do maior evento esportivo do mundo.

O adversário favorito, a cobrança interna, aquele movimento ou exercício que precisa acertar mas que não está saindo bem no treino, as pessoas na torcida, o desentendimento com alguém, a lesão que não saiu direito, o namoro, a família, a pressão de se apresentar no seu próprio país. Como que atletas de alto rendimento se preparam emocionalmente para essa competição que é, para a maioria dos esportes, a de maior nível em âmbito internacional?

“Uma coisa importantíssima para mim é a questão de expor os medos. **Não somos livres de medos nem de problemas, afinal somos humanas e não máquinas.** Mas a partir do momento em que você aceita isso, você começa a ter controle sobre isso”

Fabiana Diniz



Concentração treinável

Fabiana Carvalho Diniz, mais conhecida como Dara, é pivô da seleção brasileira de handebol desde 1999 e também capitã de sua equipe. Já passou por clubes no Brasil, em Portugal, na Espanha e agora está na Alemanha, no Hypo Niederosterreich.

Duas partidas de quartas de final do mundial de handebol. Uma em 2011 no Brasil. A outra, em 2013 na Sérvia. Na primeira Dara diagnostica, ao olhar para trás, a “falta de maturidade psicológica da equipe”: “Foi por isso que perdemos. Tínhamos um trabalho em relação a isso, mas o que conversávamos fora de quadra acho que eu não sabia usar 100% dentro de quadra, ou talvez não tenha dado a verdadeira importância para esse preparo emocional”. Na opinião de Dara, “é preciso acreditar naquilo que se propõe fazer em todos os âmbitos de preparação. Com o psicológico não é diferente”.

O jogo de quartas de final de 2013 contra a Hungria foi disputadíssimo, com duas prorrogações. “Fisicamente já estávamos destruídas, cometemos erros na hora em que podíamos ter matado a partida. Mas de alguma forma a gente conseguiu não se abater muito com isso, já pensar rapidamente na seguinte bola. Tenho certeza que tem a ver com o amadurecimento do nosso preparo mental”, recorda Dara. Dessa vez elas levaram a medalha de ouro para casa.

Marina também lembra de situações em sua trajetória em que o elemento psicológico foi marcante. Pouco antes do mundial de polo aquático em Xangai, em 2011, a dor no ombro estava pegando e o desempenho no treino ia mal. “Estava mal, me colocando para baixo. Cheguei um dia no treino e fui conversar com meu técnico. Ele disse que eu tinha que entender que era uma jogadora importante, que eu precisava aparecer no jogo”, expõe Zabliith: “Naquele momento eu não achava que eu era uma pessoa importante para o time. Estava mesmo precisando trabalhar minha confiança. E foi impressionante, porque bastou essa conversa para que eu mudasse de 8 para 80”.

O treinamento, para Dara, é para se “desconectar do mundo” a partir do instante em que pisa na quadra. “Minha mãe e meu marido me ajudam muito porque me ‘economizam’ de informações que possivelmente vão me tirar do foco”, observa. “A concentração passa muito por você saber o que pode acontecer e ter em mente a linha traçada. Nada pode te desviar disso, principalmente quando vêm as adversidades”, descreve a pivô.

“O atleta está acostumado com a vitória, **mas principalmente com a derrota, o fracasso. É uma situação normal e você tem que aprender a lidar com aquilo muito rápido**”

Marina Zabliith

Quando se pensa na questão psicológica para atletas, a primeira coisa que vem à cabeça são os fatores que afetam o rendimento esportivo. E o inverso? De que forma a dedicação ao esporte afeta a saúde psicológica da pessoa no que diz respeito à sua vida de modo geral? “Acho que o esporte ensina muita coisa que me fortalece para as questões fora dele também”, avalia a capitã da seleção de polo. “O atleta está acostumado com a vitória, mas principalmente com a derrota, o fracasso. É uma situação normal e você tem que aprender a lidar com aquilo muito rápido, superar, achar maneiras de melhorar. Acho que o atleta tem um olhar diferente para as coisas. E vai para a vida inteira”, assinala Marina Zabliith.

Expor os medos

“Uma coisa importantíssima para mim e que conversei muito com nossa psicóloga Alessandra Dutra é a questão de expor os medos. Medo de errar, medo de se lesionar, medo de perder...”, reflete a handebolista. “Procuro exteriorizar para ter ajuda e ‘matar’ essa sensação. Aprendi com ela que não somos livres de medos nem de problemas, afinal somos humanas e não máquinas. Mas a partir do momento em que você aceita isso, você começa a ter controle sobre isso”, resume Dara.

Quanto à expectativa para os Jogos Olímpicos, Dara fala do “foco total” e da “preparação nos aspectos físicos, técnicos, táticos, nutricionais e psicológicos”, sendo o último para ela o grande diferencial. Apesar de já ter participado de quatro Olimpíadas, a ansiedade não diminui, ainda mais com o adicional do fator casa. A seleção brasileira feminina de handebol, atual campeã mundial, está na briga por medalha.

Alexander Popov, melhor nadador da Olimpíada de 1996, declarou que “quem quer que esteja fisicamente bem preparado pode fazer coisas incríveis com seu corpo. Mas quem junta a um corpo em forma uma cabeça bem cuidada é capaz de feitos excepcionais”.

**NEM UM MINUTO DE SILÊNCIO
POR TODA UMA VIDA DE LUTAS**

**PRÊMIO MARCUS VINÍCIUS
— DE PSICOLOGIA E —
DIREITOS HUMANOS**

O CRP SP convida profissionais e estudantes de Psicologia a participarem do Prêmio Marcus Vinícius de Psicologia e Direitos Humanos, que tem como finalidade estimular a produção de artigos da área de Psicologia a respeito da persistente violação de direitos praticada pelo Estado, no passado e no presente.

Para cada categoria (psicóloga/o e estudante), o Prêmio oferece a retribuição de:

- R\$ 3.000,00 (três mil reais)
para a obra classificada em primeiro lugar.
- R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
para a obra classificada em segundo lugar.
- R\$ 1.000,00 (um mil reais)
para a obra classificada em terceiro lugar.

Como posso me inscrever?

Basta acessar www.crspsp.org.br/marcusvinicius/regulamento.aspx e conferir o regulamento.

Período de envio de trabalhos:

03 de junho a 03 de agosto de 2016.

CAMPANHA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS
**VIOÊNCIA DE ESTADO
ONTEM E HOJE
DA EXCLUSÃO
AO EXTERMÍNIO**

INSCREVA-SE

www.crspsp.org.br/marcusvinicius



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**



A MEDIAÇÃO DE MÁQUINAS

Apesar de acirradas discussões sobre a prática psicológica por meios tecnológicos de comunicação, psicólogas/os apontam que a regulamentação precisa avançar



“A qualquer hora, em qualquer lugar”. Com esse slogan, o site *Psicolink* oferece orientação psicológica online por uma média de R\$100 a consulta. Abaixando um pouco a tela, o internauta preenche o box “Encontre seu psicólogo”: depois de selecionar, entre as opções, qual o tema pelo qual procura orientação (ansiedade, stress, sexo, vício, trauma, etc.), ele define a preferência de sexo, estado de origem e preço da/o psicóloga/o requisitada/o. Atualmente são 85 psicólogas/os associados, 3567 usuários e 2608

sessões agendadas no *Psicolink*. Ao mesmo estilo, existem sites como *Psicólogo Online 24h* e *Orienta.me*.

Apesar de mais disseminada, a oferta de atendimentos psicológicos virtuais foi e é tema de preocupação e acirradas discussões entre os profissionais. Historicamente calcado no atendimento olho no olho, no íntimo relacionamento presencial sob a confidencialidade da conversa entre quatro paredes, é possível admitir a realização do trabalho psicológico com a mediação de um computador? Eticamente, dá para

garantir o sigilo e a privacidade desse atendimento se realizado no espaço virtual?

Orientação x psicoterapia

A Resolução nº11/2012 regulariza o serviço psicológico por meios tecnológicos de comunicação e limita a prática à orientação pontual. O acompanhamento psicoterapêutico só é permitido em caráter experimental de pesquisa acadêmica. A orientação informatizada (via e-mail, skype, chat ou outro comunicador instantâneo) é permitida em até 20 encontros ou contatos virtuais.

Como diferenciar, no entanto, o que é orientação e o que é psicoterapia? Rosa Maria Farah e Oliver Prado participaram do grupo de trabalho da primeira resolução que tratou do tema e afirmam que desde o final dos anos 1990 até os dias de hoje a diferenciação nunca foi fácil.

“A tentativa de distinguir orientação de psicoterapia tinha esse intuito de abrir espaço e ao mesmo tempo garantir certa limitação, aspectos éticos e técnicos que na época assustavam mais os profissionais da área” explica a psicóloga e professora Rosa Maria, mas constata: “Essa definição nunca conseguiu ser tão precisa”. Para Farah, que coordena o Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática (NPPI) na PUC-SP, “orientação é atendimento com foco em uma questão específica e brevidade do contato. Porém, de dentro da nossa experiência, muitas vezes numa troca breve e pontual pode ocorrer um processo intensamente terapêutico, ainda que caracterizado como orientação psicológica”.

Atualmente a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) obriga os planos de saúde a cobrirem ao menos 18 sessões de psicoterapia por ano. “Nesse caso a categoria se posiciona para que o número se amplie, pois a limitação de sessões seria uma ingerência no trabalho da/o psicóloga/o. Mas aí na internet nós mesmos limitamos a 20 sessões?”, problematiza o psicólogo Oliver Prado, para quem é necessário rediscutir se atualmente ainda faz sentido pensar na diferença entre orientação e psicoterapia e se faz sentido restringir o número de sessões virtuais. “Eu pessoalmente acho que não”, opina.

Na mesma linha de defender a importância de repensar o tema, Rosa Maria questiona se, mais do que insistir na diferenciação entre orientações pontuais e acompanhamentos psicoterapêuticos, não seria mais

“É necessário rediscutir se atualmente ainda faz sentido pensar na **diferença entre orientação e psicoterapia**”

Oliver Prado

interessante “pensar o que é terapêutico e útil para as pessoas, seja lá qual forem suas demandas? Será que a gente não está restringindo a possibilidade de que novos trabalhos dentro da psicologia se desenvolvam pelas novas gerações, inclusive ampliando a possibilidade da população ter acesso a serviços de psicologia?”

Tecnologia e psicologia

Ao invés de tentar definir psicoterapia, Oliver Prado resolveu voltar sua pesquisa para suas características que são sólidas e aceitas. “O vínculo que se forma entre terapeuta e paciente é uma delas”, ressalta o pesquisador. Por meio de instrumentos como questionários, Oliver fez uma análise estatística da formação ou não de vínculo depois de três semanas de atendimento psicológico com a mediação da internet, em 53 casos. “Constatamos que a relação terapêutica se constitui da mesma forma que com as terapias tradicionais”, explica.

Se há aspectos que se mantêm entre o atendimento psicológico presencial e o virtual, ao mesmo tempo, na opinião de Rosa Maria Farah, não se pode simplesmente transpor o que se faz presencialmente para o âmbito online. “É preciso conhecer e refletir sobre as características do virtual e dos relacionamentos com mediação das máquinas. As/os psicólogas/os não têm ainda nos currículos oficiais esse tipo de preparação. É necessário focar na tecnologia e na informatização já na formação básica”, defende.

Para Oliver Prado, é hora de atualizar a resolução que regulamenta essa prática. Farah afirma ser difícil prever que formato teria essa possível atualização, já que teria de ser resultado de “uma reflexão ampla com as pessoas envolvidas na área”, mas que mais que normativa, uma resolução sobre serviços psicológicos online deve ter “uma amplitude e flexibilidade que leve em conta o preparo”. Rosa Maria Farah assinala que “devemos botar peso não na definição de comportamentos específicos que podem caducar rapidamente, mas no conhecimento e na qualificação de um/a profissional eticamente preparada/o para lidar com essa realidade”.



Eleições em agosto DEFINEM AS PRÓXIMAS GESTÕES DO SISTEMA CONSELHOS

Entre os dias 24 e 27 de agosto acontecerão a consulta pública para a nova gestão do CFP e as eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia

No final de agosto – entre as 8h do dia 24 e as 17h do dia 27 – toda a categoria de psicólogas/os será convocada a participar da escolha das gestões que estarão à frente, durante os próximos três anos, dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia.

O voto pela internet

Qualquer pessoa poderá votar pela internet (do seu próprio computador ou em algum posto de votação). A/O psicóloga/o que estiver em dia com as anuidades até 2015 e que estiver com o cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional consegue gerar a sua senha para votar online no site das eleições.

O voto por correspondência

Aqueles que residem a uma distância de 50km ou mais da sede ou subsede do CRP-SP receberão, a partir de 24 de julho, um kit de votação e devem optar entre o voto por internet ou por correspondência. Se optarem pela correspondência, devem se atentar ao prazo de entrega dos correios, já que a cédula de votação deve chegar à sede do CRP-SP até as 17h do dia 27 de agosto.

Os postos de votação

A/O psicóloga/o que quiser ir até um dos postos de votação deve ter em mãos um documento com foto que comprove identidade e seu número de CRP. Ali a votação será feita exclusivamente por internet e haverá também um atendimento financeiro para negociação das dívidas ativas. Qualquer dúvida, entre em contato com a Comissão Eleitoral: eleicoesadm@crpsp.org.br. Serão doze postos de votação, funcionando entre as 8h e as 17h do dia 27 de agosto, nos seguintes endereços:

- Sede do CRP-06, com três postos de votação: rua Arruda Alvim, 89, Pinheiros – São Paulo-SP
- Subsede Assis: rua Osvaldo Cruz, 47, Vila Xavier – Assis-SP
- Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira: rua Dr. Cesário Bastos, 26, Vila Belmiro – Santos-SP
- Subsede Bauru: rua Albino Tâmbara, 528, Vila Cidade Universitária – Bauru-SP
- Subsede Campinas: rua Frei Manuel da Ressurreição, 1251, Guanabara – Campinas-SP
- Subsede Grande ABC: rua Almirante Tamandaré, 426, Jardim Bela Vista – Santo André-SP
- Subsede Ribeirão Preto: rua Thomaz Nogueira Gaia, 168, Jardim América – Ribeirão Preto-SP
- Subsede Sorocaba: av. Armando Sales de Oliveira, 189, Vila Trujillo – Sorocaba-SP
- Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte: rua Nancy Guisard Kehier, 25, Centro – Taubaté-SP
- Subsede São José do Rio Preto: rua Coronel Spinola de Castro 3360, 2º andar, Bloco B, Sala 22, Centro – São José do Rio Preto – SP

As chapas

Nessas eleições são três as chapas que estão concorrendo para a gestão do CRP-SP: “Renovação da Psicologia” (chapa 11), “Pra cuidar da profissão” (chapa 12) e “Psicologia e democracia” (chapa 13). Para saber mais sobre o processo eleitoral, eventos e debates entre as chapas, acesse a página das Eleições 2016 no site do CRP-SP: www.crpsp.org.br/eleicoes. Conheça melhor, a seguir, cada uma das três chapas e suas principais propostas.



RENOVAÇÃO PSICOLOGIA

“

O PSICÓLOGO
FOI TREINADO
A OUVIR,
**MAS AGORA
É O MOMENTO
DE FALAR!**



Olá a todos! Tudo Bem?

Vamos falar um pouco sobre as propostas da Renovação.

Almejamos ter a gestão de Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia para inaugurar um novo tempo em nossa profissão.

Acreditamos que os Conselhos devam trabalhar sem medo de falar que a Psicologia é uma ciência, de uma forma desvinculada de partidos políticos (e agendas partidárias) e considerando que a aplicação de nosso conhecimento à sociedade é agenda fundamental. Vemos hoje que o Sistema acaba por fazer uma política bastante diferente da que propomos e é justamente por isso que teremos uma chapa Regional em São Paulo.

Você também é o nosso convidado para conhecer a Renovação Federal, que concorrerá as eleições do Conselho Federal.

SITE

www.renovacaodapsicologia.org

FACEBOOK

Movimento Renovação na Psicologia

PROPOSTAS RENOVAÇÃO SÃO PAULO

01

Visitas de representantes do CRP-SP nas CIRETRANS, mediante queixa do Psicólogo do Trânsito, esclarecendo sua função, no sentido de preservar a sua autonomia nas avaliações psicológicas.

02

Ampliação da área de atuação do Psicólogo do Trânsito para além da avaliação psicológica. Estabelecer programas preventivos e de reabilitação para o infrator contumaz.

03

Revisão de resolução com a finalidade de ampliar e incrementar os atendimentos, supervisões e afins pela internet.

04

O CRP-SP se responsabilizará em monitorar a relação existente entre convênios médicos/clínicas intermediárias, no que tange aos valores pagos aos psicólogos, exigindo que tais valores sejam mais justos e compatíveis com a profissão, bem como rever, juntamente com tais empresas, o tempo médio de duração das sessões, uma vez que torna-se impraticável, tanto para os profissionais, como para os pacientes, 30 minutos de sessão, como é visto em algumas clínicas conveniadas.

PROPOSTAS RENOVAÇÃO FEDERAL

01

Defesa das 30 horas e piso salarial.

02

Revisão dos critérios e das áreas de Especialização da Psicologia.

03

Fazer uma forte campanha, por meio dos veículos de comunicação, para divulgar o trabalho e o papel social do psicólogo.

04

Fazer gestão junto à Agência Nacional de Saúde para a retirada de qualquer cláusula nos planos de saúde que exija que a consulta psicológica seja precedida de encaminhamento médico.

05

Buscar a isenção de tributos na importação de ferramentas tecnológicas, a fim de garantir a modernização das práticas dos profissionais da Psicologia no país.

06

Estreitar o contato com órgãos de administração pública de todos os municípios brasileiros, visando a divulgação do trabalho do psicólogo e abertura de campo de trabalho aos profissionais.

CONHEÇA TODAS NOSSAS PROPOSTAS NO SITE E FACEBOOK!

“

**INSANIDADE É
CONTINUAR FAZENDO
SEMPRE A MESMA
COISA E ESPERAR
RESULTADOS
DIFERENTES.**

ALBERT EINSTEIN



Marcos Moral Berigo



Criz Campos de Queiroz



Maria Rosa Spinelli



Helena Joelem Corrêa d'Almeida



Anatalia Rosa Amaral Moura



Regina Lúcia da Silva Vicente Pereira



Joselle Silva Sarmento



Lucila Cauduro Gonçalves



Gabriel Berigo



A **RENOVAÇÃO**
ESTÁ EM SUAS
MÃOS!

CHAPA 12 - SÃO PAULO 'PRA CUIDAR DA PROFISSÃO'



Aristeu Bertelli da Silva
CRP 06/71152 - São Paulo
Psicólogo na Defensoria Pública de SP, com inserção em vários espaços na temática de Direitos Humanos



Clarice Pimentel Paulon
CRP 06/110289 - São Paulo
Doutoranda em Psicologia Clínica (IP/USP) e Docente nas Faculdades Integradas de Ourinhos



Camila Teodoro Godinho
CRP 06/98759 - Santo André
Especialista em Terapia Comportamental (USP) e em Psicologia do Esporte, atua em Clínica e Consultoria



Vinícius Cesca de Lima
CRP 06/99477 - Taubaté
Doutorando em Psicologia Social (PUC/SP) e Consultor do Programa Nacional de Capacitação para os SUAS



Evelyn Sayeg
CRP 06/120482 - São Paulo
Mestranda em Psicologia Social (PUC/SP), atua em Economia Solidária e Saúde Mental



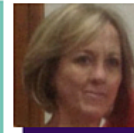
Andrea Mataresi
CRP 06/101322 - São Paulo
Doutoranda em Psicologia Social (USP), vasta experiência em Políticas Públicas em comunidades amazônicas



Reginaldo Branco da Silva
CRP 06/32951 - Santo André
Atua em Saúde Pública há mais de 20 anos, milita pelo SUS e Políticas Públicas



Monalisa Muniz Nascimento
CRP 06/94476 - São Carlos
Doutora em Avaliação Psicológica, Docente da UFSCar, com publicações na temática da Avaliação Psicológica



Maria das Graças Mazarin de Araújo
CRP 06/13604 - São José do Rio Preto
Especialista em Gestão de Pessoas e Administração Hospitalar, atuação em Docência e Recursos Humanos



Regiane Aparecida Piva
CRP 06/52183 - Bauru
Especialista em Psicologia Clínica Hospitalar (USP/Bauru), atua nas áreas Social, Comunitária e Clínica



Luciana Stoppa dos Santos
CRP 06/78466 - Ribeirão Preto
Mestre em Educação Especial (UFSCar) e Coordenadora de projeto de inclusão infantojuvenil



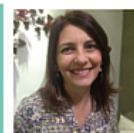
Fábio Silvestre da Silva
CRP 06/53133 - Embu-Guaçu
Mestre em Educação e Especialista em Psicologia do Esporte, atua em Direitos Humanos, Infância e Adolescência



Suelly Castaldi Ortiz da Silva
CRP 06/60201 - Rio Claro
Especialista no tema de Álcool e Drogas (UNESP/Rio Claro), experiência em Educação, Cultura e Saúde



Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
CRP 06/125810 - São Paulo
Mestrando em Psicologia Social e do Trabalho (USP), pesquisa Diversidade Epistemológica em Psicologia



Maria Rozinete Gonçalves
CRP 06/39077
Mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (UNIFESP), atua na área da Psicologia Escolar



Rodrigo Fernando Presotto
CRP 06/86342 - Campinas
Mestre em Saúde Coletiva (Unicamp), com experiência nas áreas de Saúde Coletiva e Saúde Pública



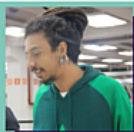
Larissa Gomes Ornelas Pedott
CRP 06/90704 - São Paulo
Especialista em Práticas Psicológicas em Instituição (USP), atua no Ministério Público de SP



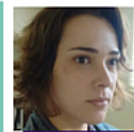
Edgar Rodrigues
CRP 06/29843 - Assis
Mestre em Psicologia (UNESP), atua em Clínica, Saúde Coletiva e Mental, com experiência na temática Álcool e Drogas



Mary Ueta
CRP 06/64673 - Santos
Atua como psicóloga da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo



Danilo Gomes dos Santos
CRP 06/122896 - Sorocaba
Atuação como Redutor de Danos em comunidades de baixa renda e Coordenador de Consultório de Rua



Bruna Lavinias Jardim Falleiros
CRP 06/87314 - Taubaté
Especialista em Sexualidade Humana (FM/USP), atuação nas áreas Clínica, Comunitária, de Sexualidade e Gênero



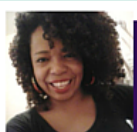
Márcio Magalhães da Silva
CRP 06/99618 - Bauru
Doutorando em Educação Escolar (UNESP/Araraquara), atua em Psicologia Educacional e Docência



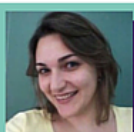
Beatriz Marques de Mattos
CRP 06/108613 - Ribeirão Preto
Mestranda em Psicologia do Desenvolvimento (UNESP/BAURU), atua em Deficiência e Inclusão



Magna Barboza Damasceno
CRP 06/66384 - Suzano
Mestranda em Psicologia Social (PUC/SP), Coordenadora municipal de rede de atenção a violência doméstica



Ivani Francisco de Oliveira
CRP 06/121139 - Santo André
membro da ABRAPSO, atua em CRAS, com experiência na área de Políticas de Assistência Social



Beatriz Borges Brambilla
CRP 06/98368
Doutoranda em Psicologia Social (PUC/SP), atua com Docência, Supervisão e Consultoria de projetos



Ed Otsuka
CRP 06/73247 - Mauá
Doutorando em Psicologia Social Saúde Coletiva e Política, Coordenador de CAPSAD de Mauá



Maria Mercedes Whitaker Kehl Bicudo V. Guarneri
CRP 06/59560
Mestra em Psicologia Social (PUC), atuante em medidas socioeducativas e na interface Arte e Psicologia



Rodrigo Toledo
CRP 06/90143
Doutorando em Psicologia da Educação (PUC/SP), atua em Docência e Políticas Públicas



Maurício Marinho Iwai
CRP 06/123689
Experiência em Cooperativismo Popular, Economia Solidária, Saúde Mental e Saúde Indígena.

 [PraCuidarDaProfissaoEmSaoPaulo](https://www.facebook.com/PraCuidarDaProfissaoEmSaoPaulo)

 [PraCuidarPsi](https://twitter.com/PraCuidarPsi)

 (11) 9 9949 3003

WWW.CUIDARDAPROFISSAO.ORG

"A clínica é uma atividade política, e é preciso cuidar do lugar do outro no espaço público. Nossa categoria profissional deve acontecer na cidade regida por princípios éticos tais como a pluralidade, a equidade e a defesa da diversidade da experiência humana no território, por isso eu vou de Cuidar da Profissão."

Ilana Katz

Nossos Princípios

Aumento da inserção social da Psicologia: Os conhecimentos e fazeres acumulados pela Psicologia permitem uma contribuição mais significativa na transformação da sociedade, na direção de condições dignas de vida para todos.

Ampliação da eficiência técnica e responsabilidade ética: a promoção do desenvolvimento permanente da qualidade do nosso desempenho profissional, sempre prezando pela responsabilidade coletiva dos setores de produção e aplicação dos saberes, contribui no avanço da Psicologia enquanto compromisso social.

Participação, transparência e rigor na gestão: atentando para o fato de que a profissão é diversa, e considerando os atuais recursos e instrumentos de facilitação de acesso à informação e participação na administração do Sistema Conselhos, valorizamos a transparência e o rigor na gestão como elementos necessários à manutenção do funcionamento democrático da autarquia.

Cidadania e diálogo com a sociedade: a Psicologia deve avançar socialmente conectada com as necessidades sociais, contribuindo para o avanço da qualidade de participação na sociedade brasileira. Utilizando métodos de diálogo aberto para produzir referências e construir o projeto da profissão, garantindo a diversidade de vozes que representam a Psicologia.

Nossas Propostas

Práticas Psi

a) Bandeiras Históricas e temáticas prioritárias:

* Campanhas e inspeções de Direitos Humanos articuladas pelo Sistema Conselhos;

* Permanente diálogo com as entidades organizadoras da Psicologia;

* Defesa da laicidade do Estado e da Psicologia enquanto ciência e profissão.

b) Produção de Referências Ético-Técnicas para o fazer profissional:

* Método Cuidar (priorizando a produção de referências a partir do processo de trabalho, favorecendo o diálogo entre as diferentes áreas de atuação);

* Considerando que é função do Conselho observar, cuidar e regular o exercício profissional, defendemos a instalação e promoção de instrumentos de mediação e conciliação como expediente necessário ao cotidiano da autarquia em suas tarefas de fiscalizar, orientar e corrigir a categoria, primando pelo correto e ético exercício da profissão.

c) Psicologia no cotidiano e regionalização:

* Aproximação das(os) psicólogas (os) com o Sistema Conselhos.

Diálogos e parcerias para a organização da Profissão

a) Construção de parcerias com entidades de formação, de saúde do trabalhador, de pesquisa, entre outras:

* Diálogo aberto com movimentos sociais, entidades e coletivos;

* Métodos e instrumentos que intensifiquem a participação de outros setores da sociedade no acompanhamento e na gestão do Sistema Conselhos.

b) Práticas de transparência:

* Disponibilizar informações abertas e acessíveis relativas aos investimentos, gastos e ações;

* Criação e manutenção de Ouvidoria Externa, e aprimoramento do Portal de Transparência enquanto instâncias de controle social.

c) Defesa do CNP como via democrática:

* Atualização dos mecanismos previstos na Lei 5.766/71, avançando nos processos e instrumentos de aprimoramento de participação democrática - da categoria e da sociedade - na gestão do Sistema Conselhos de Psicologia (Federal e Regionais), pautados pela transparência, rigor na gestão do erário e diálogo com a categoria e sociedade;

* Obrigatoriedade das gestões em cumprir com as deliberações do CNP.

Psicologia orientada por princípios

a) Compromisso Social: defesa dos Direitos Humanos e Políticas Públicas:

* Promoção e defesa da garantia de direitos fundamentais;

* Participação na construção, implementação e aprimoramento de Políticas Sociais;

* Valorização da Diversidade como qualidade irrenunciável de uma sociedade mais igualitária, justa e participativa.

b) Defender as práticas democráticas e de transparência.

c) Regionalização e descentralização da gestão buscando a psicologia do cotidiano, proximidade com as(os) psicólogas(os):

* Valorização da autonomia das Subsedes, nas diversas regiões do estado;

* Descentralização das ações do CRP.

Psicologia em evidência

a) Diálogos com a sociedade e com os usuários dos serviços:

* Criação de plataformas acessíveis de comunicação e protagonismo.

b) Participação na política brasileira e em projetos de lei.

c) Estratégias de comunicação para dar visibilidade para a Psicologia:

* Ampliação de mecanismos para divulgação das práticas profissionais e dos saberes que a psicologia pode oferecer à sociedade.

"É preciso reinventar o lugar ético da psicologia na política. O caos é hora de (Re)fundar."

Christian Dunker

São Paulo



Psicologia & democracia

Chapa 13

Por um CRP/SP de todos!

COLEGAS DA PSICOLOGIA,

CONVIDAMOS VOCÊ a participar das eleições para que modifiquemos o rumo de nossa instituição com um novo modelo de representatividade. Nossa proposta é romper com o modelo de gestão de nosso CRP e construir uma autarquia verdadeiramente democrática e plural.

O saber e fazer psicológico estiveram atrelados na gestão do CRP nestes 18 anos a um modo de pensar que tem reduzido o debate da diversidade e da pluralidade das práticas psicológicas, gerando exclusão e desconforto. Esta prática antidemocrática conduzida pela atual gestão do **CRP SP** é inaceitável!

Nosso propósito é, principalmente neste momento difícil que o país atravessa, democratizar a autarquia e fortalecer os debates que incluam diversidade e pluralidade, com responsabilidade e ética para com todos que escolheram esta profissão e têm orgulho de trabalhar nela.

A Psicologia Brasileira tem uma longa história. Queremos caminhar para uma maior unidade da nossa profissão, garantindo diálogos imprescindíveis com a diversidade, de modo a nos fortalecer a fim de atingirmos um maior grau de representatividade e respeitabilidade social nos mais diferentes âmbitos; uma gestão participativa do **CRP SP** é necessária nesta conjuntura de risco de retrocesso nos direitos sociais e nas conquistas de nossa ciência e profissão.

A chapa PSICOLOGIA & DEMOCRACIA é formada por psi-

cólogas e psicólogos do Estado de São Paulo de diversos campos e áreas de atuação. Ela pauta-se em princípios éticos, transparência pública da gestão, democratização do acesso a recursos da Autarquia, regionalização e ampliação do atendimento aos profissionais, promoção da Psicologia como ciência e profissão, defesa e garantia de direitos fundamentais e valorização do trabalho da Psicologia, a partir de esforços no sentido da melhoria das relações e condições de trabalho do profissional.

Somos uma força política em construção. Desde 2010, caminhamos além do engajamento da Psicologia nas questões da sociedade, no sentido da organização e da busca de condições de fortalecimento da categoria diante das mudanças no mundo do trabalho e do papel do Estado, e consideramos que a atual gestão não é mais capaz de conduzir o **CRP SP** nesta conjuntura. Constatamos a crescente perda de espaços de discussão e atuação da categoria e por isso consideramos urgente construir um projeto regional e nacional para seu reconhecimento, ampliação e fortalecimento.

Neste sentido, estamos concorrendo às eleições do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (**CRP SP**), em sintonia com o movimento nacional. Apresentamos nossas propostas que buscam o fortalecimento da profissão e da autarquia.

Vamos romper juntos o modelo de gestão do CRP das últimas décadas. **Vote PSICOLOGIA & DEMOCRACIA - Por um CRP SP de Todos! (Chapa 13)**

Conheça os integrantes da PSICOLOGIA & DEMOCRACIA Por um CRP/SP de Todos!

Rafael Marmo; Thaís Zerbini; Cláudio Garcia Capitão;
Nilma Renildes da Silva; Ricardo Gorayeb;
Sylvia Maria Ciasca; Thiago Robles Juhas; Odair Sass;
Luiz Humberto Sivieri; Fátima França; Sergio Luis Braghini;
Renata CGS Zanusso; Decio Perroni Ribeiro Filho;
Lucimara Bassi; Paulo Roberto de Camargo;
Anna Sílvia Rosal de Rosal; Sérgio J. Moura;

Juliane de Oliveira Santos; Diogo de Almeida Lima;
Maria José Berto; Grayson Alexander Portella;
Aline Leopoldino Mota; Sílvia Rozendo;
Francisco José Molinari; Mariana Lemos Maia Pereira;
Cláudia Manaia Moreira;
Maria Amélia Güllnitz Zampronha;
Esequiel Iaco Gonçalves; Guilherme Henrique Lima Barati.

Vamos romper juntos o modelo de gestão dos CRPs das últimas décadas. Vote **PSICOLOGIA & DEMOCRACIA!**

Por um CRP/SP de Todos! (Chapa 13)

Relações com a categoria

- **AMPLIAR** a participação do psicólogo no CRP SP;
- **ORGANIZAR** encontros democráticos de caráter técnico-científico e profissional; e
- **FORTALECER** subseções com a presença de conselheiros e gestores para aproximação e participação da categoria da região;
- **PROMOVER** consultas permanentes sobre temas relevantes como ética e relações de trabalho.

Orçamento e gestão transparentes

- **CONDUZIR** ações transparentes na aplicação de recursos;
- **PERMITIR** uma gestão participativa
- **DEMOCRATIZAR**, através de editais, acesso aos recursos do CRP SP;
- **REDUZIR** taxas de inscrição e anuidades permitidos por lei; e
- **VALORIZAR** e garantir direitos dos funcionários do CRP SP.

Orientação e Fiscalização

- **PRIORIZAR** a orientação ao invés da simples punição, aproximando assim a psicólogas e psicólogos do CRP SP;
- **ESTABELECE**r mecanismos de acompanhamento das pesquisas desenvolvidas por psicólogos no estado;
- **VALORIZAR** a produção de pesquisas na Psicologia, ampliando diálogos com instituições de ensino e pesquisa;
- **DEFENDER** o trabalho do Psicólogo e
- **VALORIZAR** sua atuação junto à sociedade.

Psicologia e Sociedade

- **FORTALECER** o diálogo com o Poder Público em defesa da Psicologia, dos psicólogos e da sociedade;
- **AMPLIAR** a representatividade das psicólogas e psicólogos nos espaços de decisão de políticas públicas;
- **PROMOVER** debates, interlocuções e ações

com instituições públicas e privadas; e

- **ESTABELECE**r o contato e o diálogo permanente com universidades, professores e alunos.

Direitos Humanos e movimentos sociais

- **FORTALECER** ações desenvolvidas na defesa dos Direitos Humanos;
- **PARTICIPAR** da vigilância e luta contra todas as formas de violência, tortura, discriminação e exclusão e
- **APOIAR** iniciativas de defesa do Estado de Direito e da Democracia.

Comunicação e referências técnicas

- **APERFEIÇOAR** a comunicação com a categoria e com a sociedade, desenvolvendo e mantendo campanhas informativas;
- **PUBLICAR** cartilhas, vídeos, jornais e outros materiais que promovam a Psicologia enquanto ciência e profissão;
- **INVESTIR** em eventos que reúnam a categoria e promovam o desenvolvimento da Psicologia no Estado; e
- **MONITORAR** a publicação de Editais e Concursos Públicos.

Relações e condições de trabalho

- **PROMOVER** diálogos junto ao sindicato dos Psicólogos de SP para tratar das urgências da categoria e das repercussões jurídicas de nossa atividade na sociedade;
- **APOIAR** a proposta pelas 30 HORAS sem diminuição da remuneração;
- **CONTINUAR** a luta contra o Ato Médico (Lei no. 12.482/2013);
- **ORGANIZAR** as discussões e ações necessárias à garantia de condições de trabalho, piso salarial e carga horária; e
- **REALIZAR** gestão comprometida com os direitos do psicólogo, PROMOVENDO mudanças concretas na autarquia, CRP SP.



Eleições Sistema Conselhos de Psicologia
Psicologia & Democracia · Chapa 13
Dias 24 a 27 de agosto de 2016

Acompanhe a PSICOLOGIA & DEMOCRACIA:

psicologiaedemocracia.blogspot.com.br

Fale conosco pelo e-mail: psicologiaedemocracia@gmail.com

Siga-nos no facebook: www.facebook.com/PSICOLOGIAEDEMOCRACIA

PSICÓLOGA/O NA MÍDIA

A psicóloga participou de um programa de TV debatendo o caso de uma professora travesti, expressando que esta não deveria dar aulas nos primeiros anos do ensino fundamental, pois sua condição “confundiria as crianças”. Analisou, ainda, o comportamento da professora fazendo referência a princípios religiosos, afirmando ser cristã e seguir a Bíblia. O CRP-SP considerou que, mesmo com a autorização da emissora e da própria pessoa, é dever da/o psicóloga/o emitir posicionamentos com respaldo teórico-técnico dos fundamentos da Psicologia, e não com premissas de cunho moral. Desta forma, considerou-se que a psicóloga infringiu o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a saber:

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- D)** A/O psicóloga/o baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- III)** A/O psicóloga/o trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(...)
- VI)** A/O psicóloga/o zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

DAS RESPONSABILIDADES DA/O PSICÓLOGA/O

Art. 1º - São deveres fundamentais
(...)

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

Art. 2º - À/ao psicóloga/o é vedado

a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.
(...)

q) Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de

comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

(...)

Art. 19 - A/O psicóloga/o, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Por induzir a preceitos moralistas, tendo emitido opinião carente de fundamentação técnico-científica baseada em noções preconceituosas e tendo como referencial os princípios religiosos, a profissional transmitiu ao telespectador uma visão equivocada da profissão. Esta conduta caracteriza-se ainda em desacordo com a **Resolução CFP 001/1999** que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da Orientação Sexual.

O CRP-SP entende que, independente do veículo de comunicação, a/o psicóloga/o deve contribuir para a universalização e acesso à informação qualificada, pautada pela ética profissional e pela ciência psicológica, favorecendo o bem-estar da população e não a exposição de pessoas, grupos ou organizações.

A/o psicóloga/o deve, ainda, zelar pelo papel social da profissão, apresentando análises que garantam os direitos e a dignidade das pessoas envolvidas. Lembrando que é vedado à/ao psicóloga/o realizar atendimento, intervenções, análise de casos ou outra forma de prática que exponha a intimidade de pessoas e/ou grupos, podendo caracterizar quebra de sigilo.

Em um caso como o em questão, é fundamental que a/o psicóloga/o reconheça as vulnerabilidades vividas por pessoas transexuais e travestis, bem como os preconceitos vividos por pessoas cujas identidades de gênero não são hegemônicas. É compromisso da Psicologia combater preconceitos, estereótipos e discriminações, afirmando a diversidade humana enquanto um importante valor para a nossa sociedade. Ainda, a Psicologia, enquanto ciência e profissão laica, não deve se basear em valores religiosos que dizem respeito à vida privada das/os psicólogas/os.

Para conhecer mais sobre o atendimento psicológico a pessoas transexuais e travestis, acesse o Caderno Temático: “Psicologia e Diversidade Sexual” e a Resolução CFP 001/1999 respectivamente: <http://www.crpssp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-12-10.pdf> e http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_001-99.aspx.

O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007.



ATENDIMENTO EM LIBRAS

Ilustração: Sergio Rossi

A psicóloga paraense Priscila Mourão conta como é trabalhar com população com deficiência auditiva

Pricila, certo dia, atendia uma pessoa que já há três consultas não falava. Foi nesse dia, sem saber ao certo porque, que começou a refletir mais a fundo a respeito das pessoas que não podem ouvir, dos mecanismos que usam para expressar suas emoções, e do (des)preparo da sociedade para recebê-las. “Então uma amiga, Rita Garcia, me falou desta primeira turma de Libras na UNISA [Universidade de Santo Amaro]. E assim iniciei minha imersão nesta língua e cultura apaixonantes”, relata Priscila Mourão.

Mourão já pensava em ser psicóloga desde os 16 anos, ainda na sua cidade natal, Belém. “Gostava muito de escutar as amigas e nessa altura já brincavam sobre minha profissão”, recorda. Priscila começou o curso de psicologia na UNAMA (Universidade da Amazônia) e finalizou em São Paulo em 1997, na UNIP (Universidade Paulista). Se especializou em áreas como

a docência e Terapia Familiar e de Casal e fez a pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Já há nove anos trabalhando com a população surda, a psicóloga paraense atende em consultório particular, realiza palestras com foco no atendimento a pessoas com surdez e suas famílias, e trabalha também em empresas, realizando palestras, seleção, tradução e interpretação.

O acolhimento a pessoas com deficiências auditivas

Cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Esse número representa 5,1% da população brasileira. Entre estes, aproximadamente 2 milhões de pessoas têm deficiência auditiva severa. Em relação à idade, cerca de 1 milhão de pessoas com deficiências auditivas são crianças e jovens até 19 anos.

Dados de 2011 da Organização Mundial da Saúde (OMS) trazem índices ainda mais altos: de acordo com pesquisa feita em 2011, o número de brasileiros com algum problema auditivo chega a 28 milhões.

Apesar de representarem um número significativo da população brasileira, na opinião de Priscila Mourão a igualdade de acesso a direitos está longe de ser alcançada para pessoas com surdez. “Infelizmente não temos um atendimento no Sistema Único de Saúde [SUS] que contemple o surdo em sua totalidade”, salienta. “Os profissionais em sua maioria não têm o conhecimento ou a fluência na língua e na cultura. E ainda que tenhamos os profissionais tradutores e intérpretes de Libras, eles não estão em todos os espaços necessários”, observa Mourão.

“Mas temos algumas ações como a Central de Interpretação de Libras - CIL, serviço que realiza a mediação na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, surdos e surdo-cegos no atendimento em qualquer serviço público instalado na cidade de São Paulo, pela Prefeitura de São Paulo”, pondera a psicóloga.

A contribuição da psicologia

Para Priscila, são inúmeros os prazeres que existem no trabalho com foco voltado à população com deficiência auditiva. “Proporcionar um atendimento adequado, viabilizar um outro conhecimento, influenciar que a vida dessas pessoas tenha mais saúde e qualidade”, descreve: “Possibilitar a reflexão e/ou a mudança de estratégias frente a problemas da vida, contribuindo na resolução das questões, é a maior recompensa”.

“As demandas da pessoa surda – que vêm também com as demandas de suas famílias – são pareadas com as das pessoas ouvintes. No entanto, existe a peculiaridade da comunicação, que traz questões sócio-afetivas bem específicas relacionadas ao seu olhar, ao seu entendimento das relações e do mundo”, esmiúça Priscila Mourão, que faz atendimento no bairro paulistano do Brooklin.

Para a psicóloga, entre os desafios nessa área de atuação, o principal é proporcionar uma inclusão adequada da comunidade com deficiência auditiva em todos os âmbitos da sociedade. “Precisamos difundir, incentivar novos formandos da psicologia a

se debruçar sobre a importância das demandas desse grupo”, afirma Mourão.

Na opinião de Priscila a psicologia tem muito a contribuir na área. “Acredito que a psicologia tem o potencial de fomentar o autoconhecimento da pessoa surda, seu crescimento e sua maturidade emocional, proporcionando a ressignificação das questões específicas pelas quais essa pessoa passa, a compreensão das suas angústias e frustrações”, assegura: “A/o psicóloga/o pode cumprir o importante papel de contribuir para que a pessoa surda aprenda a conviver com suas dificuldades, limitações e principalmente que veja e destaque as suas potencialidades”.



Foto: Arquivo pessoal



Veja o vídeo de Priscila Mourão usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou acesse <https://youtu.be/iAIeEeEHaoNI>

Envie o seu vídeo para o projeto “Psicologia, todo dia em todo o lugar: para uma sociedade mais democrática e igualitária”, acesse: <http://migre.me/t6FKR>



A NOVA VELHICE

Oficina de memória e acompanhamento terapêutico são algumas das abordagens que veem o idoso como protagonista do seu lugar social

Seu Lino chega no Pateo do Collegio trazido por sua filha, que escutou sobre o projeto no rádio. “Sou pobre, negro e velho”, pensou: “Não vão me aceitar”. Os critérios para participar das oficinas, no entanto, eram a disposição de ir aos 10 encontros, capacidade auditiva e lucidez. Seu Lino estava dentro. Aquela foi a primeira intervenção aberta da Oficina Memória Viva. Tendo como matéria prima a memória autobiográfica de pessoas idosas, a oficina propõe o resgate da história de cada um, de suas memórias afetivas, como uma técnica de inclusão e de criação de redes de relacionamentos.



Fotos: Rita Duarte do Amaral



No início, Seu Lino dizia que achava que não tinha muita coisa para contar “já que não era nenhum doutor”. “Mas ensinou, e muito, na voz e na coragem de compartilhar o saber-fazer, a experiência”, descreve a gerontóloga e psicóloga Patrícia Cabral, que junto com a antropóloga Vera Brandão e com a pedagoga Rita Amaral, criou a Oficina Memória Viva. “Hoje olho na face de cada um e me sinto o mais feliz da face da terra. Simplesmente, ser”, declarou Seu Lino ao final dos encontros quando recebeu um livro com as memórias dos 15 participantes. Feliz, abraçou Dona Pérola, que estava ao seu lado. Ele foi morador de rua. Ela, moradora dos Jardins.

Seu Lino e Dona Pérola são duas das 810 milhões de pessoas espalhadas pelo planeta que têm mais de 60 anos. E esse número só tende a aumentar. De acordo com o IBGE, estima-se que entre 1950 e 2025 a população brasileira terá crescido cinco vezes. No mesmo período o aumento da população idosa vai ser de quinze vezes. Se em 2000 os idosos no Brasil eram de cerca de 15 milhões de pessoas (8,6% da população do país), a prospecção é que esse número em 2020 alcance os 30 milhões.

“A transição demográfica refere-se a um aumento gradativo da longevidade paralelo a uma diminuição das taxas de fecundidade. Haverá mais velhos do que jovens no mundo em algumas décadas”, explica Maíra Peixeiro, psicóloga, psicanalista e acompanhante terapêutica do Ger-ações - Centro de Pesquisas e Ações em Gerontologia. “Este fenômeno dá visibilidade à velhice e a torna alvo da atenção das mais distintas áreas. Encontramo-nos neste período de transição”, aponta.

A transição não é simplesmente demográfica, mas também da própria forma como os idosos atuam na sociedade e são vistos nela. Ao longo dos últimos dois séculos, com o valor da pessoa associado à sua capacidade produtiva, a velhice esteve atrelada a uma imagem de doença e margem. O Ger-ações, segundo Peixeiro, tem o objetivo de “contribuir para a construção desta nova imagem da velhice, de um idoso que é protagonista na construção de seu lugar na sociedade; que tem sustentada sua participação política e social; que tem garantidos seus direitos em uma sociedade que deve reconhecer as necessidades relativas a esta fase da vida. Esta velhice tem voz, tem potência, tem enlaçamento social e singularidade”.

Junto com o aumento do número de idosos e de suas demandas, aumenta também a variedade de



“Talvez a nossa luta seja autorizar e permitir, não nos assustarmos com as perdas e dar voz e espaço às aquisições que a idade pode trazer”.

Patrícia Cabral

serviços e trabalhos voltados para esse setor social. A Oficina Memória Viva e o Ger-ações se assemelham na ideia de trazer propostas que fujam de perspectivas infantilizadoras (existem até creches para idosos) e do que chamam humoradamente de BBB: baile, bolo e bingo. “Claro que, sem preconceitos, para muitos essas atividades são ótimas”, esclarece Patrícia Cabral: “Mas só isso? E os desafios? E aprender algo novo? E o envolvimento político? E...e...”

Memória autobiográfica

O método das oficinas não é rígido, por ser construído com os participantes e de acordo com o contexto. O número de participantes é de no máximo 15 pessoas, que fazem em média 10 encontros de duração de cerca de duas horas. “A gente busca a cada encontro temático memórias afetivas, prazerosas. Não focar no que não foi feito, mas no que é possível ainda fazer. A construção da narrativa exige uma atividade psicossomática em vários níveis”, conta Cabral. As lembranças são registradas em cadernos de memória que ao final são entregues a todos os participantes. “Essa memória compartilhada quebra barreiras, mostra coisas em comum e permite a comunicação entre diferentes pessoas, diferentes gerações, diferentes grupos sociais, diferentes condições físicas”, observa. A Oficina Memória Viva já fez trabalhos no SESC, na Casa Simeão, na Sociedade Beneficente

Rosália de Castro, em Instituições de Longa Permanência para Idosos, entre outros.

“Naquele tempo tinha baile na tulha quando os fazendeiros despachavam café para Santos. Os rapazes iam no sítio e foi assim que eu conheci o Teodoro*. Namoramos 5 anos. (...) Nos casamos e fomos morar na cidade. Resolvemos mudar para São Paulo. Viemos com a cara e a coragem. Fomos morar no Tucuruvi”, escreve a senhora Amélia* em um dos cadernos feitos em oficinas de um asilo em São Paulo: “No mês que vem vou fazer 92 anos. Moro aqui há três anos e meio. Já me habituei. A vida é assim mesmo. (...) O que me dá bastante alegria é quando meus filhos vêm me visitar. Só de ver eles eu já fico contente”.

“Lembrar não é estar preso num passado rígido, é falar do passado hoje, num presente, portanto é recriar”, aponta Patrícia Cabral, concordando com a frase do psicanalista Contardo Calligaris, de que “o ato biográfico é constitutivo do sujeito”.

Acompanhamento terapêutico

Também com um trabalho que envolve o ato da escuta e do não silenciamento do idoso, um dos grandes focos do Ger-ações é o acompanhamento terapêutico (AT): “um dispositivo clínico que surgiu no Brasil em meados dos anos 1980 a partir dos movimentos que buscavam humanizar o tratamento da loucura. É uma criação latino americana que teve seus primeiros personagens na Argentina e se espalhou pela América Latina”, contextualiza Maíra Peixeiro.

“O AT no envelhecimento surge quando se observa que muitos idosos vivenciam intenso sofrimento psíquico atravessados por questões subjetivas e também sociais relativas ao lugar da velhice na nossa cultura”, salienta Maíra, para quem esses idosos não demandam uma terapia, “mas alguém que possa acompanhá-los nesta travessia do tempo que envolve mudanças relativas ao corpo, ao lugar social, à imagem e que coloca em perspectiva a finitude”.

O acompanhamento em atividades ou passeios pela cidade, por exemplo, são fundamentais para o objetivo de

favorecer o enlaçamento na comunidade e na cultura. Mas o núcleo de AT do Ger-ações destaca ainda uma série de elementos éticos relacionados à intervenção em situações de submissão violenta ao outro (seja à família, ao saber médico ou ao Estado) e à construção de projetos singulares que apontem para algum futuro, mesmo que a curto prazo – sejam eles de vida, ou em alguns casos, de morte. “Nossa experiência mostra que o AT é um dispositivo muito potente na construção de redes no envelhecimento”, constata Maíra.

O longevidade

“O longevidade deve levar em consideração todos os aspectos, e talvez a nossa luta seja autorizar e permitir, não nos assustar com as perdas e também dar voz e espaço às aquisições que a idade pode trazer. Velho tem sexualidade, libido, dor, amor, rancor, medo, trauma, capacidade de elaborar, aprender, doenças, possibilidades, mesmo que as dificuldades em relação à autonomia comecem a aparecer”, reflete Patrícia Cabral, e em seguida se recorda de uma senhora de 81 anos que conheceu: “Em pleno processo de elaboração do luto do parceiro de mais de 50 anos, ela verbaliza ‘sinto que eu hoje sou uma pessoa, coisa que nunca achei que era’. Forte, né?”

Patrícia se lembrou também de uma senhora analfabeta que participou da oficina de memória e construiu o seu caderno com a ajuda de uma neta, tendo o processo inclusive proporcionado uma aproximação na relação intergeracional. Ao final da oficina, do alto de seus 86 anos, disse: “Agora vou aprender a ler, pois quero ler muitas vezes esse meu caderno”.

**Nomes fictícios, por privacidade.*



A/o psicóloga/o E A QUEDA DE BRAÇO

Quais os aspectos importantes e os desafios para fazer uma avaliação psicológica envolvendo disputa jurídica pela guarda de filhos?

Em 10 anos, a taxa de divórcios no Brasil cresceu mais de 160%. De acordo com o IBGE, o país registrou 130,5 mil divórcios em 2004. Em 2014 os registros alcançaram 341,1 mil. Entre essas centenas de milhares de casais que resolvem se separar todos os anos, muitas vezes a disputa pela guarda com os filhos chega à justiça. E não são poucos os casos em que os profissionais do direito solicitam avaliações psicológicas para decidir sobre a guarda de crianças.

“O melhor para a criança”

Entre as questões para se ter em mente no momento de fazer uma avaliação psicológica, muitos autores destacam o foco “no que será melhor para a criança”. Mas o que exatamente seria isso? A professora e psicóloga Francisca Fariña Rivera da Universidade de Vigo (Espanha) sugere, em artigo do livro *Psicología jurídica de la familia: intervención de casos de separación y divorcio*, que os cuidados parentais devem ser avaliados atendendo a três grandes áreas de necessidades da criança: as de caráter físico-biológico (alimentação, higiene, sono, etc.); cognitivo (compreensão da realidade, aquisição de valores, etc.) e social (identidade pessoal, autoestima, rede de relações, etc.).

“Muitas vezes o processo vem a partir de uma lógica binária: é melhor para a criança ficar com a mãe ou com o pai? Há uma ruptura do casal conjugal, mas o casal parental pode permanecer. Se estamos pensando em atender à necessidade da criança, essa necessidade não se dá numa lógica binária”, problematiza

Cláudia Suannes, psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça de São Paulo. “Acho que temos que evitar contribuir com a perpetuação do litígio”, aponta.

A professora Ana Maria Zampieri, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, tem especialização em terapia sistêmica de casais e famílias. Para ela, a visão sistêmica dos vínculos familiares é o que deve ser privilegiada pela/o psicóloga/o. “O melhor para a criança será que as relações entre os pais, ex-cônjuges, possa ser tratada e estimulada numa



filosofia ganha-ganha. Exceção feita à situações de insanidade e/ou violências por parte dos adultos”, complementa.

E a voz da criança, como entra nessa história? De que forma escutá-la? Como levar em conta a sua vontade, considerando também sua maturidade emocional, possíveis manipulações, culpas e fantasias de salvamento do casamento dos pais ou mesmo certa sensibilização da criança por quem ela acha estar sofrendo mais? Para Suannes, um importante ponto de partida é explicar o que se está fazendo lá. “Acho que a aproximação deve tentar desmontar essa ideia de que é uma competição em que o melhor vai ganhar”, ilustra: “Em casos em que a criança está muito invadida pelo litígio eu digo, da minha parte, que quero conhecê-la”.

Avaliação

Ainda que não haja fórmula para a avaliação psicológica que envolva famílias em disputa judicial, alguns procedimentos são mais comuns. Um estudo feito por Vivian Lago e Denise Bandeira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2008 – *As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil* – teve a participação de 51 psicólogas/os de todas as regiões do

país. Destes, 84% afirmou nunca ter tido uma disciplina relacionada à área da psicologia jurídica ao longo da graduação.

A maioria dos participantes faz separadamente uma entrevista com cada um dos pais e com os filhos. Entrevistas com terceiros e visitas à escola ou às residências também se revelaram comuns, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Testes também são utilizados, os projetivos mais que os psicométricos.

Solicitados a avaliar uma lista de fatores para recomendar a guarda a um dos genitores conforme grau de importância, os participantes da pesquisa deram destaque ao relacionamento da criança com cada um dos seus pais. Em seguida, veio o conforto e o cuidado dos pais com seus filhos. Queixas apresentadas entre os ex-cônjuges, como por exemplo trans-torno de personalidade ou maus tratos com os filhos, foram tidas como aspectos menos relevantes para a recomendação da guarda.

O judiciário e a psicologia

“A posição de ‘neutralidade’ a serviço da saúde do sistema familiar pode esbarrar em mitos, crenças e valores da cultura a que a/o psicóloga/o pertence”, chama a atenção Zampieri, que exemplifica: “como a priori entender que a guarda deve ser materna, ou de quem não cometeu infidelidade conjugal, ou de quem não se declara homo ou bissexual”. Para ela a/o psicóloga/o deve visitar “seus próprios medos e preconceitos para considerar se os mesmos poderão interferir em seu olhar”.

Com uma risada simpática, Cláudia Suannes destaca que não são poucos os dilemas com os quais tem de lidar. “Muitas vezes as pessoas trocam acusações muito fortes. Avaliar se é por conta de uma separação mal resolvida ou se de fato algo muito grave está acontecendo nem sempre é fácil”, expõe Suannes. A escrita do laudo é também um desafio: “É preciso produzir um laudo claro o suficiente para quem vai tomar a decisão, mas ao mesmo tempo não expor desnecessariamente a intimidade das pessoas”.

Na visão de Cláudia, é importante que a/o psicóloga/o tenha uma postura pericial, mas isso não impede que ela/e, nas conversas, tente problematizar e implicar as pessoas na resolução de seus próprios conflitos. “Afim, o juiz não vai fazer o conflito morrer”, constata.





A **psicologia** no enfrentamento ao **racismo**

O que eu
tenho a ver
com isso?

Resolução CFP 018/2002

saiba mais em:
www.crpsp.org.br/racial



Conselho Regional de **PSICOLOGIA** SP